

Os professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919

Resumo

O artigo trata da trajetória de professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919, com o objetivo de verificar se tais trajetórias os revelam como intelectuais de seu tempo. O estudo teve como referência o conceito de práticas culturais de Michel de Certeau (2014). A concepção de intelectual se baseou em Vieira (2011, 2015), para quem as regras de reconhecimento do intelectual incluem credenciais formais como diplomas e títulos, mas também a capacidade de persuasão decorrente de habilidades retóricas e textuais. Com base no método da prosopografia utilizou-se como procedimento de pesquisa o estudo documental. Dos trinta e quatro professores encontrados, foram analisados seis. A formação desses professores era variada: direito, engenharia, literatura e sacerdotal. Além de professores, exerceram outras profissões como: jornalista, escritor, compositor, crítico de arte, pianista, poeta, literato, prosador e noticiário. Assumiram cargos e posições de destaque social como: cônsul em Caiena, diretor da instrução pública, diretores de escola, deputado estadual, prefeito, desembargador do Tribunal de Justiça, membro do Conselho Superior de Ensino, membros fundadores da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Tais posições sociais e profissionais evidenciam o exercício de liderança política, distinção social, habilidades de oratória e poder de persuasão. Suas habilidades orais e escritas lhes permitiam não apenas produzir literatura, arte e conhecimentos, mas também a elaboração e veiculação de ideias. Como figuras públicas influenciavam o meio acadêmico, literário e político da sociedade em que viviam. Sem dúvida, eram intelectuais de seu tempo.

Palavras-chave: Escola Normal; intelectuais; trajetórias profissionais de professores.

Para citar este artigo:

GUTIERRES, Damiana Valente Guimarães; CASTRO, César Augusto. Os professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 373-401, maio/ago. 2021.

DOI: 10.5965/1984723822492021373

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723822492021373>

**Damiana Valente Guimarães
Gutierrez**

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
damiana.valente1@gmail.com

César Augusto Castro

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
Universidade Federal do Maranhão
UFMA – São Luís/MA – Brasil
ccampin@terra.com.br

The teachers of Pará Normal School in the period 1900 to 1919

Abstract

The article deals with the trajectory of teachers at Normal School of Pará from 1900 to 1919, with the objective of verifying whether such trajectories reveal them as intellectuals of their time. The study was based on the concept of cultural practices by Michel de Certeau (2014). The conception of intellectual was based on Vieira (2011, 2015) for whom the rules of recognition of the intellectual include formal credentials such as diplomas and titles, but also the ability to persuade due to rhetorical and textual skills. Based on the prosopography method, the documentary study was used as a research procedure. Of the thirty-four teachers found, six were analyzed. The training of these teachers was varied: law, engineering, literature and priestly. In addition to teachers, they exercised other professions such as: journalist, writer, composer art critic, pianist, poet, literary, prose writer and newscaster. They assumed positions of social prominence such as: consul in Cayenne, director of public education, school directors, state deputy, mayor, judge of the Court of Justice, member of the Higher Education Council, founding members of the Paraense Academy of Letters and the Institute Historical and a Geographic of Pará. Such social and professional positions demonstrate the exercise of political leadership, social distinction, oratory skills and persuasive power. Their oral and written skills allowed them not only to produce literature, art and persuasive power. Their oral and written skills allowed them not only to produce literature, art and knowledge, but also to developed and convey ideas. As public figures they influenced the academic, literary and political environment of the society in which they lived. No doubt, they were intellectuals of their time.

Keywords: Normal School; teacher training; professional trajectories of teacher.

Introdução

Na concepção de Nóvoa (1997), a escola sempre foi considerada um lugar de cultura, um lugar de aprendizagem, de disseminação da cultura e de formação de pessoas. Por sua vez, Souza (2000) afirma que a escola está vinculada à formação de pessoas, à produção de indivíduos e subjetividades. Sendo a escola um espaço de diálogo e aprendizagem, principalmente entre alunos e professores, é sobre os professores que nos propomos a apresentar este estudo.

O objetivo deste artigo é apresentar o estudo relacionado à trajetória profissional dos professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919, na perspectiva de verificar se tais trajetórias profissionais os revelam como intelectuais de seu tempo.

O presente artigo tem como referência o conceito de práticas culturais de Michel de Certeau, que as concebe como “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (2014, p. 41). Isso indica que a prática do professor se inclui no conceito de práticas culturais, e, conseqüentemente, faz parte de sua trajetória formativa e profissional. Além de Certeau (2014), os estudos de Vieira (2011, 2015), que tratam sobre o intelectual e a educação, foram importantes para subsidiar as análises. De acordo com Vieira (2011) são características do intelectual:

- a) sentimento de pertencimento ao estado social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; b) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; c) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; d) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais. (VIEIRA, 2011, p. 3)

Os intelectuais fazem parte de um grupo reduzido de pessoas, mas com um poder que tem significado, consideradas as peculiaridades das conjunturas sociais e históricas. Vieira (2011) também apresenta os elementos de reconhecimento de um grupo intelectual:

As regras de reconhecimento desse grupo social incluíam credenciais formais, como diplomas, títulos, mas as transcendiam ao enfatizar as habilidades retóricas e textuais. Tratava-se do reconhecimento e do auto

reconhecimento da condição de distinção social que advinham do processo de formação, seja este resultante de estudos realizados e certificados pelas escolas em seus diferentes níveis, seja decorrente do autodidatismo. (VIEIRA, 2011, p. 30-31)

Logo, para que uma pessoa pudesse ser reconhecida como intelectual em um grupo, além da sua formação escolar, com a certificação dos seus estudos formais ou até mesmo obtidos por meio do autodidatismo, era importante que também possuísse habilidades de persuasão oral e escrita. Para Vieira (2015), “à familiaridade dessa elite com as artes, as ciências, à filosofia, somam-se a capacidade oratória e, conseqüentemente, o poder de convencimento e de persuasão” (VIEIRA, 2015, p. 7). Portanto, muitos eram os elementos necessários para que alguém pudesse vir a ser identificado como um intelectual e não se restringiam à formação.

A geração de intelectuais do ano de 1870, no contexto brasileiro, segundo esse autor, formada por “advogados, jornalistas, médicos e literatos, foi constituída, na sua maioria, por homens oriundos dos estratos sociais mais altos, ainda que algumas mulheres tenham se destacado” (VIEIRA, 2015, p. 6). Ou seja, os intelectuais eram de origem social elevada, majoritariamente homens, já que as mulheres tinham pouca inserção social e profissional na época. A esse respeito, Vieira (2015) afirma que:

A origem social dos intelectuais se explica pelo axioma: distribuição desigual de riqueza equivale, em regra geral, a distribuição geral de cultura e do conhecimento. O problema de gênero também tem uma premissa bastante conhecida e compartilhada, uma vez que, segundo as representações prevalentes na época (meados do final do século XIX), cabia aos homens a ocupação do espaço público, enquanto que à mulher, estava reservado o espaço privado, das tarefas domésticas e da vida familiar. Existem muitas exceções a essas lógicas estruturais e culturais, contudo elas apenas confirmam as regras. (VIEIRA, 2015, p. 6)

A partir da caracterização dos intelectuais e também da constatação de suas representações no fim do século XIX, o estudo desenvolvido procurou responder à seguinte questão: A trajetória profissional dos professores da Escola Normal do Pará, no período de 1900 a 1919, os revela como intelectuais de seu tempo?

Para a realização do estudo adotou-se como procedimento metodológico o estudo documental¹, que na visão de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) vem a ser quando um pesquisador utiliza documentos com o objetivo de extrair informações dele, investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para o manuseio e análise desse material. Seu desenvolvimento segue etapas e procedimentos, considerando a organização de informações a serem categorizadas e depois analisadas e, por fim, a elaboração de sínteses.

Além dessa introdução, o artigo apresenta mais três seções. A primeira tem como objetivo situar o cenário em que a escola normal e os professores estão inseridos; a segunda trata da trajetória dos Professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919, e a terceira traz as conclusões.

Das influências do ciclo da borracha à necessidade de mais profissionais para a educação

A criação das Escolas Normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, demarcada por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se fez mais restrito, de outro, os docentes, de posse de algum conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto socioprofissional. As escolas normais, no início do século XIX, de acordo com Villela (2010), substituem definitivamente o “velho” mestre-escola pelo “novo” professor do ensino primário, marcando o início de mudanças que serão percebidas com mais ênfase no início da República.

De acordo com Freitas; Lopes; Araújo (2008), as instituições encarregadas da formação de professores de escolas primárias receberam o nome de escolas normais posteriormente à Revolução Francesa. No Brasil, esse processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais – um processo que antecede aquele de mesma natureza ocorrido nos países vizinhos da América Latina ou da América do Norte, e mesmo em relação a certos países europeus, como Portugal e Espanha. No entanto, apesar do pioneirismo, durante todo o século XIX esse tipo de formação se

¹ A pesquisa documental se diferencia da bibliográfica por recorrer a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, são fontes primárias (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, p. 6, 2009).

caracterizaria por um ritmo alternado de avanços e retrocessos², de infindáveis reformas, criações e extinções de escolas normais. Além dessa busca de uniformidade, outra questão estava posta: a instrução poderia ser uma eficiente arma contra a criminalidade³.

Importa destacar que a primeira escola normal brasileira foi instalada em Niterói em 1835. Araújo; Freitas; Lopes (2008) indicam que após esta primeira Escola Normal, as demais foram criadas nas províncias da Bahia -1836; Cuiabá -1837; Piauí -1909; Rio Grande do Sul -1869 e Paraná - 1870.

Não havendo uma diretriz organizacional da educação em nível nacional, o ensino primário e a escola normal eram de responsabilidade e competência das províncias, regidos por legislações cujas reformas educacionais ficavam restritas aos seus limites. Sob o rótulo da descentralização, desobrigava-se o governo central em garantir instrução primária e secundária gratuita a toda a nação. As províncias, sem um suporte técnico e econômico necessário para que se autogerissem, não reuniam condições efetivas para organizar, manter e expandir esses níveis de ensino. Na mesma proporção em que tais escolas eram criadas, eram extintas com a maior facilidade.

As primeiras tentativas de criação de uma escola normal na província do Pará não se concretizaram. Entre os anos de 1840 e 1860, segundo França (2012), embora houvesse muitos pronunciamentos favoráveis à implantação de uma escola normal, os governos pouco fizeram para que isso deixasse de ser apenas uma intenção.

Os relatórios dos presidentes de província do Pará mostravam que desde o século XIX já havia a preocupação com a implantação de uma Escola Normal⁴, semelhante ao restante do país. Mas foi somente “Em 13 de abril de 1871, [que] o Presidente Joaquim Pimentel Machado Portela, criou na capital da província a Escola Normal, destinada a preparar homens e mulheres para o magistério público primário” (FRANÇA, 2012, p. 10),

² Os dirigentes que assumem o poder regencial, sintonizados com o pensamento iluminista que marcou fortemente as ideias pedagógicas da época, tanto na Europa quanto no novo continente, acreditavam de forma conveniente aos seus interesses que somente pela instrução se atingiriam os estágios mais elevados da civilização. Elegendo as nações europeias como o modelo mais aperfeiçoado, entendiam que a falta de instrução do nosso povo era a verdadeira causa da distância existente entre o Brasil e as nações civilizadas.

³ Havia um enorme temor por parte das elites dirigentes com a massa de homens ‘incultos’ que habitava este vasto território, os ‘bárbaros dos sertões’, segundo expressão da época. Por todo esse período é interessante observar como esses dirigentes relacionam a criminalidade à falta de instrução.

⁴ Para maiores informações sobre as ideias da criação da escola normal no Pará, consultar Malheiros (2012).

cujas instalações se fizeram em dois espaços: o Liceu Paraense⁵ e o Colégio Nossa Senhora do Amparo⁶.

O relatório escrito por José Veríssimo e publicado em 1901, *A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890*, foi apresentado para o Governador, Dr. Justo Chermont. Nele, a situação da instrução pública no início da República assim era retratada:

O professorado desrespeitado nos seus direitos, esquecido nos seus deveres, pouco habilitado, a escola desorganizada, sem móveis nem material de ensino, inapta para executar qualquer programma, os estabelecimentos de ensino público em plena decadência material e moral, de modo a não soffrerem sequer comparação com o do ensino particular, os serviços administrativos em atraso, desorganizados, insuficientes, e viciados com copias de práticas menos regulares. (PARÁ, 1891, p. VIII)

Infere-se, portanto, que a situação das escolas públicas nesse período era um verdadeiro caos. Com prédios deteriorados sem mobiliário e sem equipamentos, professores desrespeitados em seus direitos e sem dar cumprimento a seus deveres, além dos serviços administrativos em atraso. A situação da escola normal não era muito diferente. Isso porque desde que fora criada em 1871, a escola de formação de professores teve seu funcionamento em locais não planejados para esse fim.

Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009) ressaltam que é importante considerar que embora o conhecimento pedagógico e as formas administrativas para o ensino fossem se tornando semelhantes para os diversos estados brasileiros, as condições sociais e econômicas eram bastante diferentes em cada lugar, o que implicava em diferentes possibilidades de manutenção das escolas normais. Portanto, não havia um modelo

⁵ O edifício do Liceu Paraense funcionava em parte do edifício da antiga Assembleia Provincial (PARÁ, 1891). Atualmente, neste prédio, funciona o Colégio Estadual Paes de Carvalho.

⁶ O curso normal no Colégio Nossa Senhora do Amparo, segundo Vianna (1967) passou a funcionar neste local para que as alunas que terminassem o curso de primeiras letras, pudessem continuar os estudos no curso normal. O colégio do Amparo mudou de nome para Instituto Gentil Bittencourt em fevereiro de 1897, quando José Paes de Carvalho assumiu o governo do Estado do Pará e decretou a mudança. De acordo com Vianna (1967), a mudança do nome foi em homenagem ao Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, pelos serviços que prestou à população quando vice-governador. Gentil Bittencourt era magistrado e foi o primeiro provedor do colégio. Ele exerceu a função no colégio até que instituição passou para os cuidados da congregação das Religiosas (Filhas) de Sant'anna, por meio da Lei n. 946, de 9 de outubro de 1905, que autorizava o governo a dar nova organização administrativa e técnica ao Instituto Gentil Bittencourt.

considerado único de formação de professores para o Brasil e tampouco número suficiente de professores qualificados.

A necessidade de professores também ocorreu em Belém. No período da economia da borracha, a circulação de pessoas na cidade cresceu, resultando em um aumento da necessidade de serviços de profissionais liberais para atender a esse número crescente de pessoas, como “médicos, engenheiros, advogados, dentistas, lojistas, caixeiros, guarda-livros, farmacêuticos, professores” (CANCELA, 2012, p. 45).

O Barão do Marajó expressou sua impressão sobre o impacto da economia da borracha na virada do século XIX para o século XX: “uma alteração positiva da ‘prosperidade pública’, a ‘purificação de nossos costumes’ e o aperfeiçoamento de nosso espírito” (DAOU, 2004, p. 28). Isso evidencia que a economia da borracha na época propiciava ares de prosperidade, refinamento e aperfeiçoamento social. Além dos cuidados estéticos, do culto às artes em geral, especialmente a literatura e a música, também se destacava em Belém “o ideal de cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância” (COELHO, 2011, p. 142), o que evidenciava uma cidade de contrastes entre a riqueza e a pobreza.

Em decorrência dessas modificações pelas quais passou a região amazônica na segunda metade do século XIX, as oligarquias agrárias tendem a se transformar e a se adaptar à economia nascente. Os ‘modernos’ extrativistas (seringalistas), preocupados em substituir a tradicional burocracia administrativa, com a formação de uma ‘elite de doutores’ coesa, que se colocasse à frente dos negócios públicos (entende-se também de seus negócios) e da construção do poder de um Estado Republicano nascente, procuram mandar seus filhos estudarem na Europa.

No anteato da *belle époque* da borracha, membros de famílias abastadas do Pará e do Amazonas partiram para viagens para a Europa, geralmente para estudar, enquanto europeus interessados no mercado amazônico chegavam aos desembarcadouros de Belém. (COELHO, 2011, p. 147)

Os moradores de grande poder aquisitivo acabavam se separando dos seus filhos por longos períodos de tempo para que pudessem lhes propiciar educação em outros países. Essa prática de estudar fora do Pará passou a ser comum entre os filhos das

famílias abastadas de Belém; já os filhos de famílias de menores posses continuavam seus estudos em escolas da capital paraense, como no Liceu Paraense e nas faculdades de Direito e Odontologia que já existiam no começo do século XX.

A possibilidade de ter uma formação educacional era uma forma de elevar o *status* social e profissional das pessoas que tinham menos posses, o que refletiria posteriormente em uma condição de vida melhor. Cancela (2002) enfatiza ainda que a relevância de estudar naquela época era muito importante e valorizada, tornando-se um sinal de prestígio e riqueza, sendo anunciado nos jornais quando alguém retornava para Belém após um longo período de estudos.

A cidade de Belém do início do século XX era um lugar em que o progresso estava em desenvolvimento, mas que também apresentava contrastes sociais. Mas quais foram as influências desses acontecimentos na trajetória profissional dos professores da escola normal no período de 1900 a 1919?

Os professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919: intelectuais?

Os estudos prosopográficos ou biografias coletivas têm permitido perspectivas de análise sobre trajetórias de indivíduos, conforme Stone (2011). Para esse autor, a prosopografia é definida como “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Na concepção de Heinz (2006), a biografia coletiva é um método que “utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando rever as características comuns (permanentes e transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico” (HEINZ, 2006, p. 9), sendo eficiente em mostrar os “nexos existentes entre posição social, origem e formação escolar” (HEINZ, 2006, p. 11). Por conseguinte, a prosopografia foi escolhida como suporte para o estudo do grupo dos professores da Escola Normal do Pará.

As matérias-primas dos estudos prosopográficos são de três grandes tipos, conforme Stone (2011): listas simples de nomes de ocupantes de certos cargos ou títulos ou qualificações profissionais ou educacionais; genealogias das famílias e dicionários

biográficos inteiros. Essa pesquisa se baseou no primeiro tipo, o das listas simples de nomes.

Para Charle (2006), a prosopografia requer que, a partir de critérios pré-estabelecidos, se definam além da população, as questões biográficas que permitirão a descrição do objeto de pesquisa em seus vários aspectos por meio da elaboração de um questionário:

Seu princípio é simples; definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise. (CHARLE, 2006, p. 41)

Para a elaboração das possíveis perguntas, deve-se considerar qual fonte será pesquisada, pois, “é ainda a fonte que comanda o ponto de vista e as questões formuladas” (CHARLE, 2006, p. 24). No caso desta pesquisa, privilegiou-se a pesquisa documental em fontes variadas.

As questões formuladas versaram sobre aspectos profissionais e pessoais: Como se dava o movimento funcional (ingresso, nomeação, substituição) dos professores na escola normal? Qual a formação e as disciplinas que lecionavam? Os professores atuavam em outras profissões além do magistério? Que profissões? Quais foram os seus legados culturais?

O passo seguinte foi a busca por respostas, pois como indica Charle (2006), o pesquisador “deve ir de um arquivo a outro para cruzar fontes que resultarão na informação que será tratada” (CHARLE, 2006, p. 31). A última etapa correspondeu à organização da documentação e a análise qualitativa das informações⁷. No caso desta pesquisa, o *corpus* foi formado partir da coleta de informações em documentos encontrados no arquivo escolar e em bibliotecas⁸, resultando em um inventário com 34

⁷ De acordo com Charle (2006), esta é a parte mais longa do trabalho, pois “o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas ou qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises factoriais, segundo a riqueza ou a sofisticação do questionário e das fontes” (CHARLE, 2006, p. 41).

⁸ Locais de pesquisa: Instituto Estadual de Educação do Pará (IEEP), Biblioteca Pública Arthur Vianna, Biblioteca Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, da Universidade Federal do Pará, Biblioteca do Fórum Landi e Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

(trinta e quatro) nomes, sendo 31 (trinta e um) de professores e 3 (três) de professoras. As fontes de pesquisa foram os programas de ensino da Escola Normal do Pará (1903, 1905, 1917, 1918, 1919), os relatórios de governadores e de presidente, revistas pedagógicas, livros da Academia Paraense de Letras e sobre a vida de Paulino de Almeida Brito.

O nome dos professores e suas respectivas disciplinas são demonstrados no quadro 1:

Quadro 1- Pará: Professores da Escola Normal e disciplinas de 1900 a 1919

Nº	Nomes	Sexo	Disciplinas
01	A. Ferreira dos Santos	M	Portuguez (2ª Cadeira)
02	Augusto Ramos Pinheiro	M	-
03	Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves	M	Álgebra e Geometria; Arithmetica e noções de Geometria; Arithmetica e noções de Algebra
04	Anesia Schüssler	F	Calligraphia
05	Aureliano Pinto Lima Guedes	M	Música
06	Arthur Theodulo dos Santos Porto	M	Historia; Historia do Brazil; Historia do Pará
07	Antonio Marques de Carvalho	M	Portuguêz; Francez
08	Américo Campos	M	Physica, Chimica; Hygiene Geral
09	Alexandre Tavares	M	Physica; Chimica
10	Camilo Henrique Salgado	M	Pedagogia
11	Cornélio Pereira de Barros	M	Portuguêz (1ª cadeira)
12	Deodoro Mendonça	M	Educação Moral e Cívica
13	Elias Augusto Tavares Vianna	M	Pedagogia, Psychologia; Educação Moral e Cívica
14	Euphosino P. Francisco Nery	M	Geographia e Cosmographia; Chorographia do Brazil
15	Felipe Pinto Marques	M	Francêz, Português e Geographia
16	Francisco de Paula Pinheiro	M	Historia Universal; Historia do Brazil
17	Francisco Pondé	M	História Natural
18	Genésio Alves Leão	M	Gymnastica
19	Joaquim T. Vianna	M	Physica; Chimica, Geologia e Historia Natural
20	José de Brito Bastos	M	-
21	José Girard	M	Calligraphia; Desenho
22	Josepha T. de Lacerda Redig	F	Prendas
23	Marcos Nunes	M	Arithmetica
24	Manoel João Alves	M	Calligraphia
25	Manoel Luiz de Paiva	M	Musica; Elementos de Musica
26	Manuel Lobato	M	Historia; Historia Universal
27	Manoel João Alves	M	Calligraphia

28	Paulino de Almeida Brito	M	Portuguez; Litteratura Nacional
29	Paulo Maranhão	M	Literattura
30	Pierre Maurice Blaise	M	Desenho
31	Sarah Ribeiro de Araújo	F	Francez
32	Themistocles Alves de Araújo	M	Geographia;Cosmographia; Chorographia do Brasil
33	Vital Rego	M	Physica; Chimica; Historia Natural
34	Francisco Ferreira de Vilhena Alves	M	

Fonte: Programas de Ensino da Escola Normal do Pará (1903, 1905, 1917, 1918, 1919), relatórios de governadores e de presidente e revistas pedagógicas. Elaborado pela autora.

As informações sobre os professores no período pesquisado muitas vezes eram escassas, mas os nomes foram o ponto de partida para a descoberta do fio da meada da vida pessoal e profissional desses professores. Moreira (2008) relata que os autores paraenses de obras escolares pertenceram ao corpo docente de dois dos mais tradicionais estabelecimentos oficiais do Estado: o liceu paraense e a escola normal, o que mostra a hegemonia dos professores desses estabelecimentos de ensino na produção do material didático no Estado.

A legislação se mostrou como uma importante fonte para a pesquisa sobre a movimentação dos professores no ambiente escolar, ao descrever a movimentação de entrada, saída, substituição, licença, concurso entre outros. A revista *A Escola*, de maio de 1900, traz a informação a respeito da nomeação do engenheiro João Muniz, em substituição do lente de desenho, Maurice Blaise, para a escola normal:

Expediente do Senhor Dr. Diretor Geral
- AO MESMO – Propondo a nomeação do engenheiro João Muniz, para substituir o lente de Desenho da Escola Normal, Sr. Maurice Blaise, durante o seu impedimento.
Expediente do Sr. Dr. Diretor Geral Abril de 1900. (EXPEDIENTE, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p. 202, Anno I, Num I, 1900a)

O ingresso dos professores na escola normal ocorria por meio de concurso. No trecho a seguir, há a descrição do concurso para provimento da cadeira de Português no ofício publicado na revista *A Escola* de abril de 1900. Nela, constam os nomes dos candidatos, o local, a hora e o dia da realização do concurso. Entre eles, o normalista

Cornélio Pereira de Barros Junior, que foi aprovado para a cadeira de português. O bacharel Paulino de Almeida Brito, que viria a ser posteriormente professor da escola normal, também foi mencionado entre os candidatos à vaga:

Offícios

Concurso da 1ª cadeira de Português da Escola Normal

O Sr. Dr. Diretor Geral manda fazer público que no dia 5 de Maio próximo, às 9 horas da manhã, no Salão da Congregação da Escola Normal, terá lugar o concurso para provimento efetivo da 1ª cadeira de português do mesmo estabelecimento, cuja inspeção foi hoje encerrada, inscrevendo-se os srs. Theodoro Rodrigues, Alipio Napoleão Serpa Filho, Cornélio Pereira de Barros Junior, Hilario Maximino de Sant'Anna e bacharel Paulino de Almeida Brito, que pelo presente edital, são convidados a comparecer no dia, hora e lugar acima mencionados.

Secretaria da Diretoria Geral da Instrução Pública, 20 de Abril de 1900 – o secretário, Heráclito Pinheiro. (OFFÍCIOS, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p. 301, Anno I, Num I, 1900b)

Na edição de junho de 1900, a revista apresenta o resultado do concurso da escola normal, com a nomeação do professor Cornélio de Barros para a 1ª cadeira de Português:

Legislação

Nomeia o normalista Cornélio Pereira de Barros, lente da cadeira de Português na Escola Normal.

O governador do Estado, tendo presente o resultado do concurso procedido nos termos do capítulo I título II do regulamento que baixou com decreto nº 809 de 25 de Janeiro do anno corrente, para o provimento efetivo da 1ª cadeira de português da Escola Normal, resolve, nesses termos do art. 83, combinado com o art. 115 do regulamento citado, nomear lente catedrático da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, o normalista Cornélio Pereira de Barros.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de Maio de 1900.

Dr. José Paes de Carvalho. (LEGISLAÇÃO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, p. 331, 1900b)

Esse trecho da revista apresenta a informação de um normalista que se tornou professor da escola normal, formação que era diferente da maioria dos professores que nela ingressavam (em sua maioria, coronéis, padres, médicos, advogados, jornalistas). O professor Cornélio também chegou a substituir outro professor:

Nomeado o normalista Cornélio Pereira de Barros Junior, lente da 1ª cadeira de Português da Escola Normal, para substituir o Lente da 2ª cadeira de igual disciplina do mesmo estabelecimento, durante o seu impedimento. (NOMEADO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.543, 1900c)

A nomeação de um professor ou outro cidadão para ocupar o lugar de um professor, era aparentemente recorrente. Neste outro exemplo, demonstra-se a substituição do professor de História Universal da escola normal, pelo cidadão Bernardino:

Ao mesmo – Propondo o cidadão Bernardino de Sena Pinto Marques para substituir o lente de Historia Universal da Escola Normal, dr. Arthur Theodoro dos Santos Porto, durante o seu impedimento. (AO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p. 182, 1900a)

Isso demonstra que algumas vezes, o ‘notório saber’ era considerado para a nomeação de substitutos. A respeito das disciplinas que ministravam, por local de trabalho e anos, constatou-se que A. Ferreira dos Santos, por exemplo, foi lente catedrático da segunda cadeira de Português da escola normal nos anos de 1917 e 1918; assim como Augusto Ramos Pinheiro, que também foi professor titulado, começou sua projeção quando ainda exercia suas atividades no interior do estado, sendo este um fato raro no magistério. Ainda constatamos que Alfredo Lins de Vasconcellos Chaves foi lente catedrático de Álgebra e Geometria da mesma instituição nos anos de 1917 e 1918.

A professora Anésia Schüssler provavelmente deveria ser de origem alemã, considerando o seu sobrenome. Foi professora de Caligrafia na escola normal e também lecionou Alemão no liceu paraense, como mostra a nomeação na revista *A Escola* do ano de 1900: “Nomeação: A professora d. Anésia Schüssler para reger a cadeira de Allemão do Lyceo Paraense, durante o impedimento do respectivo lente” (NOMEAÇÃO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.544, 1900c.) A nomeação da professora Anésia foi uma forma encontrada pelo governo de ocupar a cadeira que estava em disponibilidade. Para a professora, pode ter sido uma oportunidade para aumentar a sua renda, com mais uma disciplina em outro colégio, além da escola normal.

A extinção das disciplinas que os professores ministravam, também interferia nas suas trajetórias profissionais. Sobre isso, apresentamos o exemplo da professora Joanna

Maltez. O decreto nº 879, de 25 de julho de 1900, extinguiu a cadeira de Prendas da Escola Normal e deixou a professora em disponibilidade: “Decreto nº 879 de Julho de 1900: Declara disponibilidade a professora da cadeira extinta de prendas da Escola Normal, d. Joanna dos Santos Tocantins Maltez” (DECRETO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.571, 1900c). A partir da extinção da cadeira, é possível observar uma mudança no currículo da escola e também na trajetória profissional da professora, uma vez que ela teria que procurar outro local para lecionar, ou aguardar alguma posição do governo sobre a sua disponibilidade, talvez exercendo outra função ou até mesmo mudando de profissão.

A substituição de professores da escola normal também era realizada com a nomeação de normalistas da escola-modelo para a função. A revista *A Escola*, de 1900, indicava a nomeação de uma professora do curso elementar da escola-modelo: “nomeio a normalista d. Placida da Cunha Alves para substituir na Escola Normal a professora do curso elementar da escola modelo, d. Maria Stellina Voltaant, que requereu licença para tratar da saúde” (NOMEIO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.546, 1900c). Isso demonstra que os problemas de saúde também implicavam em motivo para as substituições de professores.

Com base na disponibilidade de informações sobre as trajetórias profissionais de professores da escola normal, selecionamos seis professores dos trinta e quatro encontrados, cujos perfis demonstramos a seguir.

Arthur Theodulo dos Santos Porto

Arthur Theodulo dos Santos Porto nasceu em 4 de abril de 1866, em Pernambuco, e faleceu em 1942, em Belém do Pará. Era casado com Júlia, com quem teve um filho chamado Edgar. O professor Arthur Porto era prosador, desembargador, advogado, educador e poeta. Estudou na Faculdade de Direito de Recife. Um pouco antes da sua formatura em Bacharel em Direito, foi nomeado e exerceu a Promotoria Pública da Comarca de Bragança, no Pará. Também chegou a ser oficial de gabinete nos governos de Justo Chermont, Huert Bacelar e Gentil Bittencourt.

No ano de 1891, ingressou no magistério secundário quando foi nomeado para reger a cadeira de História e Geografia do Brasil no Liceu Paraense, em março daquele ano, e posteriormente foi transferido para a cadeira de História Universal da Escola Normal do Pará, onde também se tornou professor de História, História do Brasil e História do Pará.

Além do magistério e do Direito, foi membro do Conselho Superior de Ensino e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no qual ocupou a cadeira de nº 9, e diretor do Colégio Progresso Paraense (CLOVIS; ILDONE; CASTRO, 1945). Alternava sua vida entre o Direito e o magistério. Também foi procurador fiscal do estado, secretário geral e, em 27 de março de 1924, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça.

A revista Belém Nova, de 1924, apresentou um resumo de sua trajetória pública.

Desembargador Arthur Porto

Tomou posse em aplausos geraes, do seu alto cargo no Tribunal Superior de Justiça, s. exc. o desembargador Arthur Porto.

Nessa honrosa investidura vae certo, o acatado homem público, prosseguir na sua faina fructuosa em benefício da collectividade, sem solução de continuidade, com a sua tarefa de educador notável, procurador geral do Estado e, ultimamente, Secretario Geral e director do ensino público.

Basta registrar o que conseguiu fazer s. exc. nos poucos meses que servio nesse último cargo. (DESEMBARGADOR ARTHUR PORTO, REVISTA BELÉM NOVA, Belém, v.1, n.13, Maio de 1924, p. 21)

Os argumentos de Arthur Porto em prol do esforço para reformar a escola normal foram publicados no jornal “Estado do Pará” do ano de 1912, com o título de “A Reforma da Escola”, em que destaca a necessidade de mudança nos métodos para desenvolvimento do ensino.

Já de há muito a escola espera por este elo forte [refere-se à nomeação de um novo diretor] à nossa congregação de mestres, para ajudarnos a reformar os velhos methodos adoptados, em unidades de vistas, bem orientar o nosso esforço e para reclamar junto ao governo do Estado as urgentes providências, necessárias ao melhoramento do ensino normal. (A REFORMA DA ESCOLA. Jornal O PARÁ, Belém, Sabbado, 04 de Maio de 1912, num. 389, Anno II, p. 2)

Arthur Porto faz referência ao Instituto Normal de São Paulo, o qual relaciona com a Escola Normal. Diz que aquele, mantido com esmero, era o contraste deste. Em seguida, informa as leituras que entusiasmavam os professores.

Quando lemos por exemplo, um livro como o de Binet, ou de Ellen Key sobre o conhecimento das crianças, ou compusamos a obra de um Omer Buyse sobre os modernos methods das escolas dos Estados Unidos, o entusiasmo apossa-se em nossa alma, para logo depois passarmos ao sentimento de tristeza ao verificar quanto nos achamos distanciados do progresso que vae por outros centros da vida intensa. Mas não desesperançamos. (A REFORMA DA ESCOLA. Jornal O PARÁ, Belém, Sabbado, 04 de Maio de 1912, num. 389, Anno II, p. 2)

Porto foi fundador e mantenedor do Colégio Progresso Paraense e autor do livro: “Conselhos Escolares”, em que reproduziu e divulgou os ensinamentos contidos no “Catecismo do Círculo Brasileiro de Educação Nacional”, de José de Albuquerque, então em grande evidência no país. Também escreveu uma publicação sobre educação sexual em 1938, integrando a série “Biblioteca do Colégio Progresso Paraense”. Outras publicações suas foram: “Escola Brasileira” (1923); “Palavras Amigas a Mestres e Alunos”, edição aumentada, 1941; três volumes do “Anuário do Colégio Progresso Paraense” e alguns versos, principalmente hinos, como o Hino do Pará⁹.

Antonio Marques de Carvalho

Antonio Marques de Carvalho nasceu em 06 de outubro de 1867 e faleceu em 23 de outubro de 1915 em Belém (ILDONE; MEIRA; CASTRO, 1995). Foi poeta, pianista, compositor, crítico de arte, Consul em Caiena, jornalista e professor de Português. Também exerceu o ofício de jornalista na “Província do Pará”. Foi um dos intelectuais que fundaram a Academia Paraense de Letras em 1900 e, em 1913, ampliou o número de cadeiras de 30 para 40. Sua cadeira era a de nº 4, que posteriormente foi ocupada por Eládio Cruz Lima, em seguida por Romeu Mariz e, em 1963, por Octávio Mendonça.

⁹ O poema do Hino do Pará foi musicado por Nicolino Milano e oficializado por meio da Emenda Constitucional nº 1, de 29.10.69 (CLOVIS; ILDONE; CASTRO, 1995).

No discurso de posse na Academia Paraense de Letras, Octávio de Mendonça traçou uma breve descrição sobre Antonio Marques de Carvalho: “Tinha bom estilo, fina verve, sólida base cultural, mas era um inquieto, um dispersivo, um diletante” (ILDONE; MEIRA; CASTRO, 1995, p. 128). Professor Antonio foi considerado um humanista, mas, dispersivo, a ponto de não reunir seus trabalhos.

Octávio de Mendonça lembra também que na passagem de Antonio Marques por Paris, ele tinha preferência por Bocage e escreveu um soneto em homenagem ao construtor da Torre Eiffel. Porém, não chegou a publicar o livro que anunciara sobre esse assunto.

Elias Augusto Tavares Vianna

Elias Augusto Tavares Vianna, de acordo com informações de Ildone, Meira e Castro (1997) nasceu em 05 de novembro de 1867 e faleceu em 10 de dezembro de 1954. Paraense, filho de João Pinto Vianna e Anna Vitorina Tavares Vianna, o professor formou-se em Direito na faculdade de Recife no ano de 1892, e foi advogado e catedrático da escola normal como lente interino de Pedagogia (CLOVIS; ILDONE; CASTRO, 1995) e, também, professor de Psicologia e Educação Moral e Cívica, como indicam os programas de ensino da Escola Normal dos anos de 1917 e 1918. Foi eleito para a Academia Paraense de Letras, para a cadeira nº 3, do patrono Acrísio Mota, mas faleceu antes de chegar a ser empossado e deixou várias obras. Contraiu matrimônio com a jovem Anna Philomena da Cunha Carvalho, uma considerada como uma distinta normalista teve um filho chamado Mario na época em que era deputado estadual. Em um comunicado encontrado na revista *A Escola*, constava o pedido do professor para sair da função de redator do referido periódico:

Tendo o illustre lente de pedagogia e legislação do ensino na Escola Normal, dr. Elias Augusto Tavares Vianna, apresentado, verbalmente, a esta Directoria, excusas ponderosas sobre a permanência de seu nome entre os membros da redação *A Escola*, revista officail do ensino, lamentando essa circunstancia que vem privar essa publicação de tão valiosa cooperação, mas podendo deixar de aceitar as justas ponderações feitas [...] (TENDO, A ESCOLA, A ESCOLA: revista official de ensino. Belém: Imprensa Official, n 1-2, p. 187, 1900a)

Sobre a personalidade do professor, o escritor Mecenas Rocha escreveu uma descrição em seu livro “Entre os vivos e os mortos”, citado por Ildone, Meira, Castro (1997): “Em Elias Vianna surgiram duas mentalidades perfeitamente distintas, ambas, porém, entrelaçadas pela correlação verbal das ideias, na cátedra profissional ou na tribuna oratória” (ILDONE; MEIRA; CASTRO, 1997, p. 346 e 347).

O professor também foi membro da Sociedade Propagadora de Ensino, criada em 16 de novembro de 1891, data do segundo aniversário da Proclamação da República no Pará (FARIAS, 2008). Essa Sociedade foi criada no primeiro governo de Lauro Sodré e, de acordo com Moura (1895), tinha como objetivo “divulgar o ensino theorico e prático, sobretudo às classes proletárias e ocupadas da sociedade” (MOURA, 1895, p. 21). Portanto, o professor Elias Viana foi um importante advogado, professor, deputado estadual e diretor da escola normal.

Felipe Pinto Marques

Felipe Pinto Marques foi seminarista, professor de Francês, Português, Geografia e Secretário de Instrução Pública. Sobre a sua personalidade e a sua relação com o magistério, é retratado como: “um homem de trato afável, muito piedoso, e dedicado ao magistério” (MOREIRA, 1979, p. 32). Completou sua formação sacerdotal na Europa, no “célebre Seminário de São Suplício, na França” (MOREIRA, 1979, p. 33).

Sobre suas obras, Felipe Marques publicou a “Gramática Elementar da Língua Portuguesa”, sendo que as primeiras edições foram provavelmente impressas no Pará, porém a 4 ed. e a 6 ed. foram impressas no Maranhão em 1889 (MOREIRA, 1979). Para Moreira (1979) a gramática escrita por Felipe Marques era superior à de Júlio César Ribeiro, pelo método, pelas qualidades expositivas e pela apresentação gráfica. Outra obra de Felipe Marques foi o Compêndio de Geografia, considerado o mais completo do gênero até então. A obra compreendia tanto a geografia geral, como a do Brasil e foi impressa na França. Em síntese, esse professor se destacou como dirigente educacional, professor e escritor de obras didáticas. Sua personalidade considerada afável, piedosa e de muita dedicação ao magistério talvez se devesse à sólida formação humanística adquirida como seminarista.

Manoel Lobato

O professor Manoel Lobato, de acordo com as informações de Ildone, Meira, Castro (1995), nasceu no município de Humaitá, no estado do Amazonas, em 3 de junho de 1875 e veio a falecer em 4 de novembro de 1960. Chegou ainda criança em Belém e aprendeu as primeiras letras que foram ensinadas pelo próprio pai. Posteriormente, ingressou no colégio Americano, de José Veríssimo, onde estudou os preparatórios que foram concluídos no Liceu Paraense, em 1892. Seguiu os estudos com o curso de Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, concluindo o curso no *Reenselaer Politecnic Institute*, em Nova York. Ainda na juventude, Manoel havia mostrado interesse por literatura e participou de sessões da Mina Literária, com a programação realizada na casa de Eustáquio de Azevedo.

Exerceu o magistério secundário durante longo período, quando lecionou, por volta de trinta anos, a disciplina de História na Escola Normal e também no Instituto Gentil Bitencourt. Outra função foi a de titular do Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Sua carreira também foi no jornalismo, com atuação desde a época acadêmica, compartilhada com o espaço das redações dos jornais “Diário de Notícias”, de Belarmino Costa, sob a direção de Paulino de Brito; “Correio de manhã”, do Rio; nas revistas “Belém Nova” e “A Semana”, ambas de Belém, sendo esta última fundada por ele e Alcides Santos, cuja circulação era sempre aos sábados, o que ajudou na prosperidade dela por muitos anos. Sua produção literária é considerada vasta e dispersa pelos jornais e revistas. O professor Manoel Lobato publicou ainda as seguintes obras no estado do Amazonas: “O vale do Amazonas”, “O Problema da Borracha” e a novela “Bodas de Ouro” (ILDONE; MEIRA; CASTRO, 1995). Outras produções na Academia Paraense de Letras foram “Notas à margem de um livro” e um discurso para a recepção de Alcides Gentil.

Sua vida política também merece destaque, pois foi deputado estadual e prefeito no município de Cachoeira do Arari, além de secretário no jornal “A Folha do Norte” e sócio fundador da Academia Paraense de Letras. Nesta associação ocupou a cadeira nº 1 e escolheu como patrono Artur Vianna, sendo sucedido pelos acadêmicos Cândido Marinho

da Rocha, Abelardo Santos e Ubiratan do Rosário. Também foi sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico do Pará. Em resumo, o professor Manoel Lobato se destacou como engenheiro, político, literato e professor.

Paulino de Almeida Brito

Paulino de Almeida Brito nasceu em Manaus, em 9 de abril de 1858 (BRITO, 1970, p. 103) e faleceu em 16 de setembro de 1919. Era filho do capitão Paulino d’Almeida Brito e de Ricarda d’Almeida Brito e morou na província de Mato Grosso. Quando ocorreu a Guerra do Paraguai e essa província foi invadida, seu pai foi morto em batalha em 1862, deixando a família na situação “mais crítica e na mais atroz penúria” (BRITO 1970, p. 104). Após esse triste episódio, sua vinda para Belém foi relatada por Brito (1970):

Num meio estranho, assolado pela guerra, completamente segregado pelo resto do país, aí ficaram Paulino e os seus, até que acontecimentos precursores do fracasso de Lopez lhes permitissem abalancar-se a uma acidentada viagem para aqui chegar, a esta cidade de Belém, como chegaram, em 8 de junho de 1870. (BRITO, 1970, p. 104)

Paulino, então com 12 anos, aprendeu as primeiras letras no novo local de moradia e desejou continuar os estudos na capital paraense, porém o pai só havia deixado 28\$800 mensais que eram a renda da família. A minguada pensão o obrigou a abandonar os estudos e amadurecer desde a infância, pois “com o precoce amadurecimento de espírito que dá o infortúnio, viu, apesar de criança, que era preciso trabalhar” (BRITO, 1970, p. 104).

Após diversos rumos tomados, Paulino de Almeida Brito foi aprendiz de tipografia no jornal “O Liberal do Pará”, época em que cursou o ensino secundário: “Foi aí o seu ensino secundário: quando chegava à noite suarento, estafado e ainda tismado de tinta de todos os tipos, acendia a luz, abria o livro e nêle esquecia-se das agruras da vida” (BRITO, 1970, p. 104). Após um dia cansativo de trabalho, o momento reservado para os estudos poderia ser uma válvula de escape para a estafa diária.

Pouco tempo depois, começou a se destacar entre os tipógrafos pelo hábito de compor o que os outros escreviam, facilitando o contato com obras de homens de

talento. Conseqüentemente, tomou gosto pela literatura e se tornou orador obrigatório em festas e grêmios, o que lhe rendeu certo prestígio nessas rodas.

Passou a publicar no Jornal *O Liberal* como repórter e noticiário, o que permitiu que tivesse mais tempo para estudar. Foi nesse período que conciliou o trabalho com os estudos na escola normal:

Foi pouco mais ou menos por essa época que começou a funcionar a nossa Escola Normal, único estabelecimento de ensino profissional que os jovens sem recursos e com aspirações encontravam diante de si; Paulino nela matriculou-se com imensas dificuldades, fazendo prodígios para conciliar os seus deveres de estudante com as funções em que ganhava a vida. (BRITO, 1934, p. 2-3)

A sua notoriedade começou quando foi escolhido para representar a escola normal na solenidade de sagração a Dom Macêdo Costa. Na ocasião, recitou diante do prelado uma poesia que fez grande sucesso. Quando terminou o curso na escola normal, foi considerado destaque notável no meio literário, em reuniões patrióticas, festas artísticas, entre outros.

Paulino abandonou o jornalismo para se dedicar ao magistério. No ano da sua diplomação, foi interino da cadeira de Português da escola normal, e fundou também um curso modelo com um dos companheiros de estudo, que veio a falecer, o que o fez deixar o curso e desgostar-se profundamente. Em meados de 1882, quando ocorreram essas mudanças em sua vida, foi a época em que Belém vivenciou uma intensa vida literária, de notórios intelectuais, como: Teodorico Magno, João e Antonio Marques de Carvalho, João de Deus do Rêgo, Frederico Rhossard, Inácio Moura, Magalhães Castro, Bertino Miranda e muitos outros, sendo Paulino de Brito a figura central desse núcleo.

Em 1884, foi para São Paulo cursar Direito, transferiu o curso em seguida para Recife, que concluiu em 1889, quando “formou-se entre as aclamações que celebravam o advento da República” (BRITO, 1970, p. 106). Ao retornar para o Pará, envolvido na empolgação do novo regime republicano, envolveu-se na política como secretário do Diretório. Porém não tinha muita vocação para essa vida, tendo deixado o cargo no Diretório por este entrar em conflito com seus sentimentos de católico.

Em seguida, dedicou-se ao magistério e à imprensa, escrevendo artigos doutrinários, poesias, crônicas humorísticas, assuntos de filologia (ciência em que se especializou). Lecionou como interino nos institutos oficiais até o momento em que vagou a cadeira de Português da Escola Normal e foi colocada em concurso. A conquista da cadeira foi descrita pelas suas qualidades:

Paulino conquistou-a, revelando por essa ocasião, além de notável erudição, as qualidades que o notabilizaram como professor: fluência da palavra, clareza de exposição e um admirável sentimento de método e precisão. (BRITO, 1970, p. 106)

As qualidades de Paulino o levaram mais além, a conquistar a cadeira de Literatura no Ginásio Paes de Carvalho, também a ser Catedrático de Literatura Nacional e Português na escola normal e professor de Estética e História da Música no conservatório de música, a convite de Carlos Gomes.

As referências a Paulino de Brito foram muitas. Uma delas está na capital do estado, trata-se de uma escola que preserva a homenagem prestada ao ilustre professor, a Escola Estadual de Ensino Médio Paulino de Brito, situada na Avenida Almirante Barroso. Paulino de Brito também foi um dos redatores do periódico literário e artístico “A Arena”, que era publicado aos domingos e também deixou sua marca em escritos em jornais e muitos livros.

A revista literária *Cenáculo* (1900) referia-se ao Pará como um lugar que marchava para o futuro literário e mencionava o nome de Paulino como um dos mais citados e conhecidos do Brasil:

Já podemos dizer com orgulho, aliás justificável que o Pará marcha para o futuro literário cheio de esperanças e de glórias.

Tem-se desenvolvido nestes últimos tempos uma verdadeira *febre* intelectual, publicando-se livros sobre quasi todos os ramos do saber humano.

[...] Paulino de Brito é um nome bastante conhecido em todo o Brasil. Publicou ultimamente os *cantos amasonicos*, volume de versos repassados de um sentimentalismo sadio, por vezes alegre, por vezes triste, como nesse adorável soneto – Adeus á Amasonia.

Tem muitos livros publicados e promette para breve os *Romancetos*, colleção de contos e outras manifestações de seu bello espirito de poeta e prosador. (Movimento Bibliographico, Revista *Cenáculo*, p. 11, 1900)

Na edição nº 2 da revista *A Escola*, um ofício do Diretor Geral da Instrução Pública referia-se ao pagamento de duas contas, sendo uma delas relativa ao pagamento de mil exemplares da gramática primária de Paulino de Brito:

[...] sendo uma do dr. Paulino de Almeida Brito, na importância de 2:700\$020, proveniente de mil exemplares de sua *Grammatica Primária*, fornecidas as escolas públicas, e outra de C. Wrigrandt, na de 375\$600, de impressão lytrographica de 25 diplomas para professores normalistas – Ao Thesouro – para pagar, em termos. (SENDO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Official, n 1-2, p. 184, 1900a)

Essa informação mostra que o trabalho do professor como autor de livros era remunerado pelo governo e possivelmente adotado nas escolas como referência para alunos e professores.

O notável e ilustre professor de acordo com Moreira (2008) também foi autor de três gramáticas: *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, *Gramatica complementar da Língua Portuguesa* e *Gramática Superior e segundo Ildone; Meira; Castro (1997)*, escreveu ainda os romances “O Homem das Serenatas” e “Dolores” e as poesias “Cantos Amazônicos” e “Noites em Claro”.

Paulino de Brito foi um professor com profundas convicções religiosas que atuou em diversas áreas como o direito, a literatura e o jornalismo, mas que tinha especial apreço pelo magistério.

Considerações finais

O artigo tratou sobre a trajetória profissional dos professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919, na perspectiva de responder à seguinte questão: a trajetória profissional dos professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919 os revela como intelectuais de seu tempo?

A concepção de intelectual adotada se baseou em Vieira (2011; 2015), para quem as regras de reconhecimento desse sujeito incluem credenciais formais, como diplomas e títulos, além da capacidade de persuasão decorrente de habilidades retóricas e textuais.

Ou seja, boa parte dos aspectos da distinção social do intelectual pode ser decorrente do processo de formação formal ou até mesmo do autodidatismo, mas elas não são suficientes, pois requerem habilidades especiais como capacidade de escrita e de persuasão como orador. Não basta aos intelectuais a familiaridade com as artes, as ciências, a filosofia, mas com base nessas ferramentas, é preciso que também sejam capazes de liderar, de influenciar e de convencer. E acima de tudo, de assumir o “engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social”, ou seja, o compromisso ético com a verdade, o bem e a justiça.

Com base nesses pressupostos, e por meio da prosopografia, a pesquisa possibilitou a análise da trajetória profissional de seis professores da escola normal dos 34 encontrados.

Os professores foram contemporâneos de uma Belém que vivenciava a prosperidade propiciada pelo ciclo econômico da borracha, período em que as artes, a literatura, a arquitetura e o embelezamento da cidade ganharam centralidade, tendo como referência as ideias de modernidade e civilidade propagadas na Europa, especialmente na França. No Pará, assim como em todo o Brasil, a República fora recém-proclamada e trazia consigo novas perspectivas para a educação que se encontrava precária.

Todos os professores pesquisados eram oriundos dos extratos sociais mais elevados, pois embora um deles tenha passado por problemas financeiros na juventude, era filho de um Capitão do Exército, morto na guerra do Paraguai. Constatou-se que os professores da escola normal ingressavam por meio de concurso e posterior nomeação. A formação desses professores era muito variada: direito, engenharia, literatura e sacerdotal. No decorrer de suas carreiras, além de professores, exerceram outras profissões como: jornalista, escritor, compositor, crítico de arte, pianista, poeta, literato, prosador, noticiário. Dentre eles, apenas Paulino de Brito exerceu na juventude uma profissão manual, a tipografia.

Os seis professores também assumiram cargos e posições de destaque social como: cônsul em Caiena, diretor da instrução pública, diretor da escola normal, diretor do colégio Progresso Paraense, titular do Cartório de Registros, deputado estadual, prefeito, desembargador do Tribunal de Justiça, oficial do gabinete do governador, procurador

fiscal do Estado, secretário geral, membro do Conselho Superior de Ensino, membro da Sociedade Propagadora de Ensino, membros fundadores da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dentre outros. Tais posições sociais e profissionais evidenciam a condição do exercício de liderança política, distinção social e habilidades de oratória, o que conseqüentemente lhes propiciava poder de persuasão.

Como jornalistas, literatos e professores, escreveram artigos jornalísticos, críticas literárias, livros didáticos, poesias, romances, novelas, hinos e discursos. Essas habilidades de escrita lhes permitiam não apenas produzir literatura, arte e conhecimentos, mas também a elaboração e veiculação de ideias. Portanto, as práticas culturais assinaladas por Certeau (2014) também estavam presentes na trajetória dos professores por meio de sua formação, de seu ofício, das atividades sociais e políticas que assumiam e também pelas suas produções culturais.

Os seis professores assumiram posições profissionais, sociais e políticas de destaque, apresentavam habilidades de escrita e de oratória que lhes permitiam poder de persuasão como lideranças e homens de distinção. Como figuras públicas, influenciavam o meio acadêmico, literário e político da sociedade em que viviam. Sem dúvidas, eram intelectuais de seu tempo.

Referências

A REFORMA DA ESCOLA. Jornal O PARÁ, Belém, Sabbado, 04 de Maio de 1912, num. 389, Anno II, p. 2.

ARAÚJO, José Carlos Souza. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (org). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: São Paulo, Alínea, 2008.

AO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Official, n 1-2, p. 182, 1900a
BRITO, Paulino de. **Paulino de Almeida Brito**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. 2 v.

BRITO, Heliodoro de. Paulino de Brito – o mestre. **Escola: Revista do Professorado do Pará**. Directoria Geral da Educação e Ensino Público do Estado do Pará. Belém, Agosto de 1934, Anno I. p. 1-7.

CANCELA, Cristina Donza. **A família na economia da borracha**. 1. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1: as artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

COELHO, G. M. Na *belle-époque* da borracha (1870-1910): dirigindo olhares. **Escritos**, revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, nº 5, 2011. Acessado em: 07 de Agosto de 2020. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo08.php>.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio Madureira. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.41-54.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004.

DECRETO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.571, 1900c

DESEMBARGADOR ARTHUR PORTO, REVISTA BELÉM NOVA, Belém, v. 1, n. 13, Maio de 1924, p. 21

EXPEDIENTE, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p.202, 1900a.

FARIAS, William Gaia de. **O Alvorecer da República no Pará (1886- 1897)**. Belém: Açai, 2008.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Avelino. A escola normal na província do Grão-Pará no Império. **Revista Cocar**, Belém, v. 6, n. 11, p. 29-40 jan./jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/211>. Acesso em: 01 set. 2019.

HEINZ, Flávio Madureira. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ILDONE, José; MEIRA, Clovis; CASTRO, Acyr (org.). **Introdução à literatura no Pará**. Belém: CEJUP: ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS, 1995. v. 5.

ILDONE, José. MEIRA, Clovis. CASTRO, Acyr (Org.). **Introdução à literatura no Pará**. Belém: CEJUP: ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS, 1995. v. 6.

ILDONE, José. MEIRA, Clovis. CASTRO, Acyr (Org.). **Introdução à literatura no Pará**. Belém: CEJUP: ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS, 1997. 366p. v. 7.

LEGISLAÇÃO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, p. 331, 1900b.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. **Formação de professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838-1871)**. Belém, 2012. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

MOURA, Ignácio. **A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant**. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1895.

MOREIRA, Eidorfe. **O livro didático paraense: (Breve Notícia Histórica)**. Belém: [s.n.] 1979.

NOMEADO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.543, 1900c

NOMEIO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 5, p.546, 1900c
NÓVOA, António. La nouvelle histoire américaine de l'éducation. **Histoire de l'Éducation**, Paris, n. 73, p. 3-48, 1997. Disponível em:
https://www.persee.fr/doc/hedu_0221-6280_1997_num_73_1_2870.

OFFICIOS, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, a 1, n. 3, p.301, jun. 1900b.

PARÁ. **A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890**. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Justo Leite Chermont, Governador do Estado por José Veríssimo, Director Geral. Pará. 1891.

PARÁ, Estado do. **Programa de Ensino da Escola Normal de 1903**. Imprensa Oficial do Estado, Belém, 1903.

PARÁ, Estado do. **Programa de Ensino da Escola Normal de 1905**. Imprensa Oficial do Estado, Belém, 1905.

PARÁ, Estado do. **Programa de Ensino da Escola Normal de 1917**. Imprensa Oficial do Estado, Belém, 1917.

PARÁ, Estado do. **Programa de Ensino da Escola Normal de 1918**. Imprensa Oficial do Estado, Belém, 1918.

PARÁ, Estado do. **Programa de Ensino da Escola Normal de 1919**. Imprensa Oficial do Estado, Belém, 1919.

MOVIMENTO BIBLIOGRAPHICO. Revista Cenáculo, Belém, Anno 1, fasc. 3, p.10-12 1900. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per2804964/per2804964_1900_03.pdf. Acesso em: abr. 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas & metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n. 1, jul. 2009. p. 6. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: jun. 2017.

SENDO, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p. 184, 1900^a.

SOUZA, Rosa Fátima de. Rituais Escolares: Liturgia Cívica e Glorificação da Memória (Aproximações Históricas). In: PORTO, Maria do Rosário Silveira; SANCHEZ TEIXEIRA, Maria Cecília; FERREIRA SANTOS, Marcos; BANDEIRA, Maria de Loures (org.) **Tessituras do Imaginário. Cultura e Educação**. Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000.

STONE, Laurence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit*, Curitiba, v.19, n. 39, p. 115-137, jun, 2011.

TENDO, A ESCOLA, A ESCOLA: revista oficial de ensino. Belém: Imprensa Oficial, n 1-2, p. 187, 1900a.

VIANNA, Arthur. O Instituto Gentil Bittencourt. esboço histórico. Imprensa Oficial do Estado do Pará, Belém, Pará, 1967.

VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O Mestre Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Maria SantosTeixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. VEIGA, Cynthia Greive; (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

Recebido em: 01/08/2020
Revisões requeridas em: 12/12/2020
Aprovado em: 22/02/2021

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 22 - Número 49 - Ano 2021
revistalinhas@gmail.com